

12 JUL 1992

ESTADO DE SÃO PAULO

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

O acordo sobre a dívida não foi o ideal para o Brasil, não distribuiu os ônus do ajustamento de forma equânime entre o País e seus credores, mas, nas circunstâncias internacionais vigentes, foi o melhor que o Brasil poderia ter obtido, foi um bom acordo conduzido por Marcílio Marques Moreira e negociado com competência por Pedro Malan, nos termos do Plano Brady. Agora, é fundamental que a questão seja considerada encerrada, que coloquemos de lado as fantasias sobre a possibilidade de se obterem condições melhores, e que tratemos de realizar internamente as reformas econômicas e os ajustes necessários.

O acordo não foi ideal para o Brasil porque permite uma redução global da dívida de apenas 15% (redução de 35% sobre cerca de 40% da dívida total). O desconto obtido dos bancos, ainda que modesto, foi razoável; os governos, entretanto, reunidos no Clube de Paris, não fizeram nenhuma redução. Não era, entretanto, possível conseguir mais, porque estes são os termos do Plano Brady.

Este plano, apresentado pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos em fevereiro de 1989, foi fruto de toda uma série de idéias e pressões exercidas sobre os credores em 87 e 88. O desconto



voluntário nele previsto, através do processo de securitização da dívida, e a relativa desvinculação entre os acordos com os bancos e o FMI foram propostas brasileiras que o plano incorporou. Quando o plano foi apresentado, houve consenso de que se tratava de um avanço, mas que a redução da dívida nele prevista era pequena, deixando quase todo o ônus do ajuste para os devedores.

Cinco meses mais tarde, em agosto de 1989, o México assinou o primeiro acordo nos termos do Plano Brady. No ano seguinte, sua economia, que estava estagnada, retomou o crescimento. O México já realizara o ajuste fiscal a partir de 1985, já reduzira os salários reais em cerca de 40%, já controlara a inflação através de um congelamento de preços em dezembro 1987 e já estava adiantado no processo de liberalização comercial e de privatização. Já assumira, portanto, todos os ônus das reformas. No entanto, como o acordo coincidiu com a re-

tomada do desenvolvimento, o Primeiro Mundo entendeu que o Plano Brady era bom, que o problema da dívida fora corretamente equacionado. A partir daí, não restou outra alternativa aos países devedores senão fazer acordos semelhantes. É o que acaba de fazer o Brasil, com atraso.

Acordos sobre a dívida são negociações que dependem do poder de barganha dos participantes do jogo. Na segunda metade dos anos 80, quando as elites nos países credores estavam divididas em relação à dívida, era possível fazer propostas inovadoras e obter concessões. Entretanto, a partir do momento em que essas elites voltaram a se unir, em torno do Plano Brady, foi preciso reconhecer este fato e negociar com realismo, como acaba de ser feito.

Este acordo não terá nenhum efeito mágico sobre a economia brasileira, não absoverá o presidente dos escândalos em que infelizmente está envolvido, não per-

mitirá a redução da inflação, não garantirá a retomada do desenvolvimento através do aumento dos investimentos estrangeiros em níveis superiores aos atuais, não aumentará a curto prazo o crédito do Brasil no Exterior. Em outras palavras, não nos poupa de arrumarmos, nós mesmos, a nossa casa. Politicamente e economicamente. Pelo contrário, define com maior rigor e clareza a necessidade de que isso seja feito. Para pagarmos os juros dos acordos que estamos assinando com os bancos e com os governos do Clube de Paris, o Estado brasileiro necessitará não apenas de reservas internacionais, mas, principalmente, de recursos fiscais. A reforma tributária, portanto, torna-se absolutamente essencial. Assumimos o compromisso de pagar. Devemos agora fazê-lo.

É fundamental que agora entendamos este acordo como definitivo. Como um acordo para ser cumprido. Sem hesitações. Sem queixas. Sem protestos. É claro que o desconto global de 30% teria sido mais razoável — ou até mais justo — do que de 15%. Mas isso, agora, pouco importa. Se, em nome desse tipo de sentimento, acabarmos não cumprindo o acordo, o prejuízo que o País sofrerá será muito maior. Estaremos misturando sentimentos de justiça e populismo com o real interesse nacional, que é o de realizar as reformas, ajustar a economia e voltar a crescer.



■ Luiz Carlos Bresser Pereira, economista, foi ministro da Fazenda.